

# História política e história dos conceitos: um estudo sobre o “político” em Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet

Political history and history of concepts: a study on the ‘political’ in Pierre Rosanvallon and Marcel Gauchet

---

**Carlos Mauro de Oliveira Júnior**

carlosmaurojr@gmail.com

Professor adjunto

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FFP

Rua Praia de Botafogo, 406/ 1009 – Botafogo

22250-040 – Rio de Janeiro – RJ

Brasil

---

## Resumo

O artigo pretende estudar o conceito do “político” presente nos trabalhos de Pierre Rosanvallon e de Marcel Gauchet, e, a partir deste, travar contato com os seus objetos de investigação e metodologias históricas. Em suma, uma pesquisa sobre teoria e metodologia de história que se interessa pelos campos da história dos conceitos e pela renovação da história política. Em destaque, uma noção de poder e de política que se enraíza e se distribui pelo conjunto da sociedade, diminuindo a dependência em relação ao poder central e buscando pensar formas de evitar o absenteísmo em nossa sociedade.

166

## Palavras-chave

História dos conceitos; Historiografia francesa; Cultura política.

## Abstract

In this article, we aim to analyze the concept of ‘politics’ in the works of Pierre Rosanvallon and Marcel Gauchet. Based on it, we intend to discuss the subject of their investigation, as well as the historical methodologies that they use. This is, in short, a work on the theory and methodology of history, dealing with the field of history of concepts, and with the renewal of political history. We highlight a notion of power and politics that is rooted and spread throughout the society as a whole, reducing the dependency on a central power, while considering possible ways of avoiding the absenteeism that marks our own society.

## Keywords

History of concepts; French historiography; Political culture.

---

Enviado em: 27/11/2011

Aprovado em: 11/4/2012

O objetivo deste trabalho é reconstruir aspectos da noção do “político” a partir de alguns trabalhos de Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet e inseri-los em um contexto de duplo debate sobre a política. De um lado, o desenvolvimento de novas metodologias que lidam com autores e textos políticos, como o “contextualismo linguístico” de Quentin Skinner e John Pocock e, também, a “história dos conceitos” de Reinhart Koselleck. De outro, o debate sobre a liberdade e cidadania na democracia posterior ao fim da Guerra Fria, especialmente o resgate de certos acentos republicanos ou de liberdade positiva realizado nas discussões sobre a participação política nas democracias contemporâneas. Um tema que remonta ao artigo, hoje clássico, de Isaiah Berlin sobre as liberdades positiva e negativa (BERLIN 1958).

A nossa hipótese diz respeito à importância dos autores para os referidos debates. No tocante a uma historiografia preocupada com a política, enfatizamos a conciliação com conceitos e temas próximos à tradição dos *Annales*, como as representações coletivas de Durkheim, e depois, Marc Bloch; o estudo das práticas e representações de Bourdieu, De Certeau e Chartier; e, da mesma forma, o interesse pelas trajetórias de pequenos grupos familiares ou profissionais como em Giovanni Levi. No que se refere a uma filosofia política da democracia contemporânea, insistimos que seus trabalhos são formas alternativas de lidar com o problema do absentismo político e outras formas de insatisfação perante a democracia dos séculos XX e XXI, seja pelo descompasso entre governantes e governados, seja pelos excessos do privatismo e do abandono da “coisa pública”.

Usamos como estratégia de argumentação uma tentativa de resgate da biografia intelectual ou da trajetória acadêmica, relacionando-a com alguns aspectos e personagens do contexto francês a partir de fins da década de 1960. O objetivo é demonstrar as proximidades de Rosanvallon e Gauchet com as questões e debates ligados à política presentes em Raymond Aron, Claude Lefort e François Furet. Especialmente a ideia de que o resgate de discussões sobre a esfera política é uma alternativa mais interessante para os descaminhos do par democracia-capitalismo que as proposições de um Estado de múltiplas atribuições.

Os pontos a serem destacados nas discussões dão conta do papel do cidadão em uma democracia liberal, da relação existente entre seus direitos e deveres, dos limites da representação eleitoral e de qual o grau de atividade política presente na “sociedade civil”. Isto em uma época – o segundo pós-guerra – em que o Welfare State e outras leis assistencialistas tentavam um contraponto aos direitos sociais defendidos pelos denominados “Estados totalitários”, a Alemanha nazista e a União Soviética de Stalin.

Se os avanços do consumo e do bem-estar melhoravam a vida de muitos, aumentando os prazeres da vida privada, a crescente desigualdade entre ricos, remediados e pobres colocava em questão os ideais de progresso e felicidade da democracia. Ao mesmo tempo, a esperança de muitos no Estado como a solução dos problemas sociais vinha sendo corroída por experiências autoritárias e violentas ou pela disparidade existente entre as promessas eleitorais e as realizações governamentais em sociedades livres.

Cumpra dizer aqui como Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet usaram suas carreiras de pesquisador em sociologia, história das ideias políticas e/ou filosofia para propor soluções a estes problemas. Cumpra demonstrar que o fizeram atentos a conceitos e metodologias que interessam a pesquisadores de teoria e filosofia da história.

Segundo o depoimento dos autores, sua trajetória intelectual foi marcada pela preocupação com o descompasso entre as dimensões discursiva e prática da democracia (ROSANVALLON 2006a; GAUCHET 2003). Este teria provocado uma contínua sensação de mal-estar no que se refere às promessas não realizadas pelo discurso democrático e libertador desde a Revolução Francesa de 1789. Cabia então uma releitura do processo de institucionalização da democracia francesa a fim de reconstruir as disputas políticas e sociais existentes, tentando demonstrar como os atores políticos davam significado aos discursos e ver quais as práticas eram realizadas por eles.

Para realizar tal propósito, Rosanvallon se apropriou da noção de cultura política presente nos *Annales* e reformulou-a no sentido de um conceito do "político". A ideia esteve presente em alguns trabalhos de Claude Lefort e tentou demonstrar os princípios que estabelecem as relações entre as pessoas (LEFORT 1991, p. 10). Era o resgate de uma teia de relações de interdependência entre os homens ou entre instâncias sociais, sem determinantes, que remontava à sociologia compreensiva de Max Weber e a alguns trabalhos de Norbert Elias e, mais tarde, aos estudos das práticas e representações de Michel de Certeau e Roger Chartier.

168

Resumindo, o projeto teórico evitava leituras deterministas, buscando análises que levavam em conta múltiplos fatores. Da mesma forma, desconfiava de visões que pareciam aceitar as visões dos atores sociais na defesa de suas posições como sendo a única descrição do acontecimento ou do processo. Era o desejo de uma história, ou uma sociologia, que compreendesse os processos como um campo aberto de possibilidades a despeito de possíveis filosofias da história calcadas na ideia de necessidade (monocausais).

Marcel Gauchet, por sua vez, iniciou sua utilização do conceito do "político" em uma antropologia religiosa de implicações políticas com grande influência de Pierre Clastres. Nesta, a importância conferida à instituição (criação) do social insiste na busca de uma dimensão simbólica e religiosa que esteve na origem e na manutenção das "sociedades contra o Estado" de Clastres, e deveria estar presente em todas as sociedades. O "político" remetia, assim, a esta dimensão simbólica. Chega mesmo a explicitar uma distinção entre o "político" – um domínio existente em todas as sociedades – e a política, uma novidade da sociedade democrática que criou um setor da sociedade à parte dos demais (GAUCHET 2005, p. 532).

A busca do "político" como uma instância da instituição de uma sociedade tornou-se o principal objeto de pesquisa dos dois autores e fizeram deste conceito, ou dos meios para a formulação deste, uma personagem frequente em seus trabalhos.

Em Rosanvallon, há uma metodologia histórica próxima à renovação francesa da história política, preocupada com as práticas, representações e

estratégias dos autores e também, atenta à reconstrução do contexto histórico de produção dos textos. No caso de Gauchet, temos uma filosofia política que dialoga com a história e com a antropologia francesa de Durkheim e Marcel Mauss a Clastres e que, igualmente, faz uso de uma concepção de história política como a de Rosanvallon.

A investigação sobre o “político” em Rosanvallon pode ser dividida em duas fases: 1ª: estudo do funcionamento e dos problemas das instituições eleitorais e de representação; 2ª: análise da constituição de um “universo de desconfiança” (ROSANVALLON 2008; 2009). A primeira fase está mais atenta ao fenômeno discursivo e ao vocabulário político existente em um determinado período. Com a segunda, temos o estudo de práticas políticas e de estratégias existentes na “sociedade civil”. O “político” é buscado no contínuo jogo entre a democracia (teoria e prática) e a “contrademocracia”. Nesta, as redes de relação são construídas em torno de uma desconfiança em relação ao poder. Desta forma, o autor passa a impressão de que o conceito exprime uma instância em funcionamento nas sociedades democráticas, instância que fiscaliza e julga o poder e a representação ocidentais.

No caso de Marcel Gauchet, o “político” é apresentado como uma dimensão simbólica – a religião – que unia e estabelecia os papéis sociais sem que isto significasse o distanciamento entre os homens e o poder. Com o “desencantamento do mundo”, esta dimensão foi mal substituída pela história, pelo direito e pela política. O “político” aparece inscrito em uma utopia ou medida crítica presente no passado e possível de ser reconstruída no futuro. Se não podemos retornar ao domínio do religioso, podemos criar uma nova instância democrática que crie vínculos sociais e reaproxime os homens da “coisa pública”.

169

### Genealogia

Um tema recorrente nas formulações sobre o “político” em Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet era a experiência advinda, na década de 1970, dos debates sobre a experiência soviética e o totalitarismo. Uma experiência de desencanto, de insatisfação com promessas não realizadas. Cumpria pensar uma sociedade que não se identificasse completamente com o Estado e um poder que não estivesse apenas neste. Por outro lado, era preciso compreender a defasagem entre discursos e práticas a fim de tentar explicar o porquê da não realização de todos os anseios democráticos.

Raymond Aron pode ser pensado como um pioneiro nesta “família de espíritos” evocada por Marcel Gauchet (2003). Não foi por acaso que o *Institute Raymond Aron*, na *École de Hautes Études en Sciences Sociales*, abrigou Claude Lefort e François Furet, e este último, como diretor, convidou Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet a ingressarem no *Institute*.

A sociologia de Aron aproximou-se da política a partir do modelo weberiano – a sociologia compreensiva – que multiplicava as causalidades (ARON 1981). Além de Weber, no entanto, Aron resgatou as figuras de Montesquieu e Alexis de Tocqueville como legítimos “sociólogos” atentos à política e a uma abordagem que se preocupava com as relações solidárias entre diversos elementos da

realidade social sem determinantes em última instância. Os dois pensadores eram vistos como probabilistas que não viam o curso da história como uma evolução unilateral em direção ao progresso. A reflexão sobre a política os tinha tornado sensíveis aos ganhos e perdas do processo e neles as estratégias dos atores e grupos eram fatores importantes (ARON 1990a; 1990b).

Com Claude Lefort e Pierre Clastres, o debate se transferiu para a questão da legitimidade do poder. Isto se deveu ao fato da identificação existente no período entre socialismo e democracia ter entrado em choque com a decepção provocada pelo totalitarismo soviético. Segundo Claude Lefort, a ideia do "político" surgiu durante este processo e em proximidade com a obra de Pierre Clastres (LEFORT 1999), especialmente a partir de 1974, ano em que Clastres publicou o resultado de seus trabalhos de campo: *La société contre l'État*. O contato com as populações nativas chamou a sua atenção para um tipo de poder não coercitivo e bloqueado pelo conjunto da sociedade. Os nativos não tinham Estado "porque o recusam, recusam a divisão do corpo social. Querem evitar que a desigualdade entre os homens instale a divisão na sociedade" (CLASTRES 1976).<sup>1</sup>

Vivendo em uma época marcada pela questão do totalitarismo, Clastres "leu" nas sociedades nativas um poder que bloqueava outro. E, o que é mais importante, este poder bloqueador surgia na sociedade através de regras sociais criadas a partir dos múltiplos relacionamentos entre os muitos agentes. A teia social era uma totalidade, mas uma totalidade múltipla que recusava ao Estado o monopólio da representação.

170

É só por oposição às sociedades primitivas, às sociedades sem Estado, que todas as demais se revelam equivalentes. [...] Existe uma hierarquia do pior, e o Estado totalitário, sob suas diversas configurações contemporâneas, aí está para nos recordar que, por mais profunda que seja a perda da liberdade, nunca está perdida o bastante, nunca se acaba de perdê-la (CLASTRES *apud* LEFORT 1999, p. 309).

Claude Lefort, por sua vez, afirmou ter, desde os anos 1950, começado a pensar na inteligibilidade do "político" a partir da ideia de que as sociedades se definem a partir das relações entre grupos e pessoas. O ponto de partida em sua reflexão era a mutação na legitimidade que estava na origem do totalitarismo soviético. O que tornava legítimo um Estado democrático? (LEFORT 1999). O gradual apagamento das fronteiras entre o público e o privado colocava em questão o "social" como uma rede de relações de interdependências. Cibia estudar esta rede. Daí o recurso ao "político", um princípio ou um conjunto de princípios geradores das relações que os homens mantêm entre si e com o mundo (LEFORT 1986).

Com François Furet, o debate alcançou a historiografia. E isto por um motivo especificamente francês: a Revolução de 1789 não era simplesmente um período histórico específico que podia e devia ser estudado a partir de

---

<sup>1</sup> Cabe o esclarecimento que a divisão aqui referida é entre o conjunto social e uma instância humana de poder. Não se trata de imaginar uma sociedade sem conflitos e uniforme. Este ponto será desenvolvido adiante a partir da leitura de Marcel Gauchet.

questões novas (atuais).<sup>2</sup> Desde a Terceira República, criada em 1871, a Revolução Francesa foi cercada por uma aura de patriotismo, tornando-se um mito fundador. Por outro lado, vários intelectuais marxistas a inseriam em uma tradição revolucionária que, passando pela Rússia de 1917, levaria ao socialismo libertador. Por exemplo, a violência excessiva do terror, um estado policial apesar de uma constituição extremamente democrática para o período, era explicada pelas ações dos contrarrevolucionários. Uma forma parecida era usada para justificar a política de expurgos do stalinismo. O problema, para Furet, era que o elogio do discurso revolucionário não percebia as contradições internas – aporias – presentes nas formulações. A guerra era uma causa, mas não a única. Furet via nestas ideias uma teleologia provocada por uma filosofia da história monocausal: a Revolução Francesa teria criado, segundo estas visões, a sociedade democrática e também abriu o caminho para a Revolução Russa de 1917. Enfim, “tornou-se o marco zero do mundo igualitário” (FURET 1988, p. 16).

Os autores do século XIX, como Alexis de Tocqueville e Edgar Quinet, estavam atentos às contradições do discurso revolucionário. Tocqueville refletia no hiato entre o discurso e a realidade política. Ele, Quinet e outros liberais do Segundo Império francês (1851-1871) pensaram no conceito de “democracia servil” em que a igualdade dos cidadãos repousa sob a égide de um poder sempre crescente (FURET 2001). A hipótese dizia respeito à possibilidade de o próprio discurso democrático ter um componente que ameaçava a liberdade. Sendo assim, as dificuldades de conciliação entre liberdade e igualdade já existiam nos discursos e nas tentativas de institucionalização do sistema representativo e não devido às ações dos adversários.<sup>3</sup>

O que aqui interessa é que se Furet buscou uma história da Revolução Francesa que não era a da esquerda francesa, ele o fez tendo em vista os usos políticos e democráticos da tradição revolucionária. Quis explicar os seus fracassos e as suas dificuldades internas. O recurso aos pensadores do século XIX mostrou-lhe uma abordagem mais política do processo, sensível às transformações discursivas. Desta forma a sua abordagem se aproximou de Aron e Lefort.

Se para Raymond Aron, Claude Lefort e François Furet as questões do totalitarismo remontam aos anos 1950 e 1960, a geração seguinte, de Marcel Gauchet e Pierre Rosanvallon, fez suas análises historiográficas ou sociológicas a partir de uma leitura das questões surgidas nos eventos de 1968. Em ambos os autores, a herança libertária de 1968 levou a uma problematização da sociedade democrática na busca por mais liberdade em uma clara negação ao stalinismo como esperança de fusão entre liberdade e igualdade. Seguindo os passos de Aron, Lefort e Furet, os protagonistas deste artigo – Rosanvallon e Gauchet – passaram a estudar alguns autores do século XIX – Benjamin

<sup>2</sup> Um ponto importante para os historiadores ligados à revista dos *Annales* era a releitura das fontes documentais a partir de questões atuais, propondo novos problemas de pesquisa.

<sup>3</sup> Um exemplo de estudo das discrepâncias teóricas e práticas existentes na tradição política francesa é o trabalho de Marcel Gauchet (1995). Neste há uma investigação sobre a ideia de representação e seu uso pelos constituintes franceses.



Constant, Alexis de Tocqueville, François Guizot – com o objetivo de traçar uma genealogia da sociedade democrática francesa e ocidental a fim de entender, em primeiro lugar, as questões e o vocabulário político presentes nos enfrentamentos, como na confecção da Constituição de 1791, por exemplo. A seguir, indo além da fase discursiva, cumpria entender as práticas e estratégias dos agentes ao longo do período.

Se seguirmos uma perspectiva ligada à historiografia, poderíamos ver neste ponto uma estratégia de história política que tentaria contornar as usuais restrições a este campo presentes nos *Annales*. A busca das estratégias e práticas de múltiplos atores seria uma forma de pensar a política não apenas a partir de obras escritas de grandes indivíduos. Segundo nossa hipótese, o “político” poderia ser assim um campo de investigação alternativo para uma história da política como teoria e como prática. Neste sentido teria se tornado um conceito historiográfico com Marcel Gauchet e Pierre Rosanvallon (GAUCHET 2003; ROSANVALLON 1985; 2003).<sup>4</sup>

### **Projetos intelectuais: Rosanvallon e a história conceitual do “político”**

O projeto intelectual de Rosanvallon teve, segundo a leitura aqui proposta, um componente historiográfico que, na linha aberta por François Furet, problematizou a Revolução Francesa a despeito de outras correntes que a exaltavam ou a colocavam como o marco zero da história da democracia moderna ou do socialismo (FURET 1988). Da mesma forma, houve o recurso a uma história conceitual que se afastou de uma visão que privilegiava o econômico como instância fundamental. O “político” e a noção de cultura política remetiam a um outro tipo de abordagem em que a esfera da política era alargada e abria espaço às formas de sociabilidades, às estratégias dos grupos e atores, tornando-se assim, um modelo diferente de história total. Seja pelo ponto específico da historiografia da Revolução Francesa ou pelo projeto de reconstrução do social pelo “político”, pôde-se perceber uma teoria bastante distinta do marxismo convencional, principalmente na França.

Além do componente historiográfico existia também um de tipo político. Este remontava aos debates sobre a democracia moderna e a terceira via (entre o liberalismo e o socialismo) do “republicanismo”. O resgate do “republicanismo clássico”, mais conhecido a partir dos trabalhos históricos de John Pocock: *The Machiavellian moment* (1975) e Quentin Skinner: *The foundations of modern political thought* (1978) que, a princípio, diziam respeito apenas a uma visão da política em que as proposições e críticas eram remetidas ao seu contexto de produção, tornou-se, com o tempo, um campo teórico para estudar e medir a democracia contemporânea. O republicanismo e o humanismo cívico passaram a ser encarados como uma oportunidade abandonada pelo Ocidente.

---

<sup>4</sup> Pierre Rosanvallon afirma usar o “campo do político” em um sentido weberiano o que implica a reconstrução do caminho percorrido pelos atores (ROSANVALLON, 2001)

Retornava-se assim à polêmica de Isaiah Berlin e ao seu elogio da liberdade negativa para criticar sua tese.<sup>5</sup> Cabia defender uma conciliação possível das duas liberdades (civil e política). Cumpria que a história da política informasse a política contemporânea, ainda que fosse apenas pelo reconhecimento das diferenças.

O caso de Rosanvallon era diferente dos autores citados de língua inglesa. Ele se inscrevia em uma tradição teórica de matriz weberiana que remontava a Raymond Aron. No tempo de Aron, o auge da guerra fria, a busca de uma sociologia não dominada pelo econômico (não marxista) podia ser motivada politicamente. E o mesmo ocorreu nos casos de Claude Lefort e François Furet. Com Rosanvallon, o recurso à história conceitual do “político” buscava a solução para um novo conjunto de questões que, assim como o resgate do republicanismo clássico, permitia auscultar a democracia contemporânea. Tratava-se de refazer velhas perguntas, explorar os não ditos, iluminar o significado das crenças, observar as decepções e as não realizações.<sup>6</sup> Usar a história da democracia no Ocidente para ajudar os cidadãos no sentido de informar a ação: “Pode-se dizer que há um elemento dominante em minha vida intelectual: é a ideia de que se as sociedades contemporâneas querem aprofundar a sua democracia, elas devem compreender as suas dificuldades da forma realista” (ROSANVALLON 2006, p. 6).

Referiu-se acima a uma determinada “família de espíritos”. Nesta, a reflexão teórica buscava a esfera do “político” como sendo aquela em que todas as teias de relacionamentos se construía. A sociedade nesta visão não era um dado, mas um construto constantemente reatualizado. O recurso a certos traços da historiografia dos *Annales*, como a noção de cultura política e as relações entre as práticas, discursos e representações permitiam perceber um deslocamento conceitual em relação à sociologia política e à ciência política tradicionais. A prioridade era dada às estratégias sociais de poder, sobrevivência e manutenção do *status quo* e não ao funcionamento do Estado e dos partidos políticos simplesmente. Conciliava-se uma análise dos discursos com um estudo das práticas e estratégias (mesmo discursivas).

Havia espaço para uma “microfísica do poder” no sentido de Michel Foucault ou mesmo para uma “micro-história” atenta às estratégias familiares e locais como a de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. O que estava em jogo era a sociabilidade, vista como um espaço de poder presente na sociedade que se relacionava com o Estado. O estudo do mercado consumidor, de Michel de Certeau, poderia ser inserido nesta busca de uma história dos poderes dispersos na sociedade (DE CERTEAU 2008).

O ponto de partida para esta reflexão, em Rosanvallon, foi a confecção de seu estudo sobre a noção de “mercado” na economia política inglesa do século XVIII (ROSANVALLON 1999). O autor viu nesta noção uma forma de regulação

<sup>5</sup> A tese de Isaiah Berlin no trabalho citado tratava do socialismo e do jacobinismo como ideias ultrapassadas de liberdade positiva (liberdade em que o cidadão governa). Defendia a liberdade negativa (civil) – mais comum nas democracias ocidentais – como sendo a melhor e mais perfeita.

<sup>6</sup> Apesar de seguir uma matriz teórica distinta, no caso francesa, Rosanvallon realiza uma metodologia de reconstrução conceitual e linguística semelhante a de Skinner e Pocock.



social alternativa ao contrato social e um local onde as decisões ocorriam fora do âmbito da autoridade. O “mercado”, para o autor, permitiria resolver a difícil questão do fundamento da obrigação no pacto social. A obrigação tornar-se-ia a afirmação elevada da liberdade. O indivíduo só a reconheceria na medida em que compreenderia a coincidência de seu interesse com o interesse coletivo. Pensaria a sociedade como não tendo um “centro”; uma lei reguladora sem legislador (ROSANVALLON 1999). Poderíamos traçar paralelos entre a interpretação de Rosanvallon e as de John Pocock no que se refere às ideias de desenvolvimento de um componente moderno da *virtù* cívica na Inglaterra do século XVIII. Em Pocock, importava a introjeção de certas formas de agir na sociedade e no mercado, com o aparecimento de uma jurisprudência ligada à administração das coisas e dos direitos individuais idealizados por um Republicanismo Comercial (POCOCK 1985).

O autor reconheceu a sua dívida em relação às aulas no *Collège de France*, em 1978 e 1979, de Michel Foucault sobre a genealogia do neoliberalismo alemão (*ordolibéralisme*, no original) no período que se seguiu ao fim da Segunda Guerra. As seguidas referências ao Foucault dos seminários davam conta da importância da noção de governabilidade moderna. Algumas ideias de Foucault foram pensadas no sentido de compreender o funcionamento de resistências ao poder (ROSANVALLON 2006a; 2006e; 2008; 2009).<sup>7</sup>

174

O ‘homoeconômico’ não diz isto. Ele diz ao seu soberano: tu não deves; mas ele diz ao soberano o porquê ele não deve. Tu não deves porque tu não podes. E tu não podes no sentido de que ‘tu és impotente’ e porque és impotente tu não podes. Tu não podes porque tu não sabes e tu não sabes porque tu não podes saber (FOUCAULT 2004, p. 286).

A questão remetia à ideia de transparência que fazia parte da utopia liberal do mercado. Não se tratava, para Rosanvallon, de defender o liberalismo econômico à inglesa. Pensava, ao contrário, que a distinção entre as vertentes política e econômica do liberalismo era pouco produtiva. Desta forma, o interesse no pensamento liberal do século XVIII era uma busca de uma instância reguladora na sociedade a despeito do Estado. Não se tratava de substituir o Estado pelo “mercado” e sim de modificar a imagem que se tinha da esfera do “político”, deslocando-a em direção à sociedade. Algo como transformar a sociedade democrática em um contrapoder como na leitura sobre os nativos feita por Pierre Clastres.

A publicação do livro sobre o “mercado” fez com que François Furet convidasse Rosanvallon para o *Institute Raymond Aron*, onde iniciou seus estudos sobre a gênese da democracia francesa (ROSANVALLON 2006a). E, seguindo a intuição presente em Aron, Lefort e Furet, resolveu estudar François Guizot e o liberalismo doutrinário francês entre 1815 e 1848.

---

<sup>7</sup> Como veremos adiante, este ponto será articulado ao tema da “contrademocracia”.

Foi curioso o título dado a este trabalho: *Le moment Guizot* (1985). A analogia com o título do trabalho fundador de John Pocock sobre Maquiavel e a tradição republicana era evidente. Isto poderia ter sido um indício de contato com o “contextualismo linguístico” de Skinner e Pocock. Se a metodologia de Skinner parecia mais presa a uma avaliação sincrônica, havia na obra de Pocock uma preocupação com a dimensão diacrônica dos vocabulários políticos e suas transformações no tempo, com as apropriações ocorridas etc. Importou em *Le moment Guizot* o uso político das tradições filosóficas, do legado da Revolução Francesa e dos conceitos da política. O livro tentou apresentar as formas como François Guizot – historiador, político e ministro na Monarquia de Julho – utilizava os conceitos de “classes”, “civilização” e “legitimidade” em suas disputas políticas. Da mesma forma, apresentou as discussões que travava com os seus opositores republicanos, jacobinos ou ultras, permitindo ver as mudanças de significação, as críticas aos idealismos e, o principal, a importância de regularizar a sociedade criada pela Revolução a partir do sistema representativo.

Resumindo, não se tratava apenas de restituir o pensador do século XIX ao seu contexto linguístico e social de produção, como desejaria um historiador da política como Quentin Skinner.<sup>8</sup> O historiador esperava intervir no debate político contemporâneo a partir de uma história das ressonâncias entre nossa experiência e o passado (ROSANVALLON 2001).

A questão intelectual que presidia os trabalhos de Pierre Rosanvallon desde *La crise de l'État providence* (1981), era a crise de confiança em torno do contrato social nas democracias modernas. Uma crise que questionava a concordância entre a ligação social e cívica, pois a “cidadania social” seria um retorno a um “*État-civique-providence*” fundado sobre a solidariedade. A solidariedade cívica poderia ser um cimento coletivo que, em um momento de crise, se dissolveria. Restava então buscar um novo contrato social a fim de lidar com o déficit de representação existente no mundo contemporâneo (ROSANVALLON 2001; 2006b).

O projeto passou a ser a realização de uma história da democracia ocidental a partir de um método interativo e compreensivo. Um método empático “porque supõe a capacidade de retomar uma questão situando-se no interior de seu trabalho”, trata-se de uma empatia controlada que não implica identificação (a compreensão de Weber), mas sim, a inserção dos testemunhos em seu contexto de produção (ROSANVALLON 1996).

Este projeto foi realizado a partir do ano de 1992 com a publicação das seguintes obras: *Le Sacre du citoyen: histoire du suffrage universel en France* (1992), *Le peuple introuvable: histoire de la représentation démocratique en France* (1998), *La démocratie inachavée: histoire de la souveraineté du peuple en France* (2000). Os livros desta fase concentraram-se em análises discursivas especialmente preocupadas com seus contextos de produção, publicação e recepção.

<sup>8</sup> Rosanvallon fala em um certo antiquarismo skinneriano devido a sua obsessão em negar as tradições inglesas da filosofia política (2001; 2006a).

A trajetória da sociedade democrática tal como demonstrada pelo autor chamou a atenção para vários aspectos – entre os séculos XIX e o início do XXI – que representam a crise nos valores e crenças democráticos, assim como o questionamento acerca das formas de pertencimento social, participação política e representação. Da mesma forma que François Furet, Rosanvallon mostrou-se atento às aporias presentes nos pensamentos liberal, democrático e revolucionário. Demonstrar-las era uma forma de explicar as dificuldades posteriores de aplicação dos ideais.

O recurso à história permitiu comparar a atualidade com o início do século XIX na França, por exemplo: um período marcado pelo “resfriamento da política” desde o 9 *Thermidor*, golpe que derrubou os jacobinos. Entraram em questão a “perda das paixões políticas” e a rotinização da Revolução. Muitas das críticas à sociedade burguesa existente no período – aristocráticas, românticas, jacobinas, republicanas<sup>9</sup> – colocam em questão os limites entre o indivíduo atomizado do capitalismo e o indivíduo público, heroico e solidário das tradições anteriores ao século XIX (ROSANVALLON 2003; 2004).

O conjunto de críticas apresentou uma alternativa à decomposição social, e à individualização empobrecedora do mundo. As figuras do guerreiro, do poeta e do insurgente são mobilizadas para colocar em questão o burguês isolado e privatista. São atores e não debatedores passivos (ROSANVALLON 2003; 2004).

O Rosanvallon desta fase parecia ser um autor pessimista com a democracia contemporânea. Houve, no entanto, um novo conjunto de trabalhos com uma preocupação complementar, manifestada desde os cursos do autor no *College de France*: tratava-se do fenômeno da “contrademocracia” (expressão do autor). Nos livros: *Le modèle politique français: la société civile contre le jacobinisme de 1789 à nos jours* (2004) e, finalmente, *La contre-démocratie: la politique à l’âge de la défiance* (2006), podemos observar uma mutação no objeto do autor. Nesta mudança, o ponto principal eram as redes de desconfiança, protesto, assim como a perda progressiva da legitimidade da representação eleitoral e o crescimento do número de apelos ao poder judiciário (ROSANVALLON 2004; 2006). Com a mudança no objeto, o autor mudou o tipo de fontes utilizadas: manifestos populares, abaixo-assinados, processos judiciais, matérias na imprensa etc. Importava ver as formas como a “tradição francesa de resistência ao poder e ao Estado” lutava no cotidiano com as ideias de que o poder do Estado era o único representativo da soberania do povo.

Rosanvallon chamou de “jacobina” a tradição que insistia nos tradicionais modelos de representação e de soberania una do povo. Entretanto, o interesse centrou-se nas esferas de resistência chamadas de “*contre-démocratie*”. Chegou a afirmar que foi uma dimensão não percebida por Alexis de Tocqueville,

---

<sup>9</sup> Estou operando com uma distinção entre um republicanismo radical (jacobino) e um republicanismo moderado de origem termidoriana. A questão do sufrágio universal masculino alfabetizado e a intervenção do Estado na economia fazem parte da versão radical ao passo que o voto censitário e a livre iniciativa são representativas da versão mais moderada, tendo em vista a sociedade burguesa do século XIX.

preocupado que estava com o aumento das atribuições do Estado na França do século XIX, especialmente na *Démocratie en Amérique* (1840). Os poderes intermediários perdidos com a Centralização Administrativa Bourbon e revolucionária – um tema frequente na tradição liberal aristocrática de Montesquieu, Madame de Stäel e Tocqueville – estariam, na verdade, presentes na sociedade, todavia não foram percebidos.

Os conceitos de “*peuple-juge*”, “*peuple-véto*” e de soberania negativa do povo permitiram a Rosanvallon desenvolver – em sua investigação do “político” – um modelo alternativo às visões críticas sobre a democracia contemporânea, que insistiam no absenteísmo eleitoral, por exemplo. Como afirmamos acima, a instância do “político”, encontrada nas disputas estudadas pelo autor, nos dois conjuntos de publicações, pode ser pensado como um regulador democrático diferente. Algo que os teóricos da política precisam conhecer para compreender as sociedades atuais.

### **Gauchet e a Antropossociologia transcendental**

Gauchet definiu o seu projeto como sendo de ordem filosófica. Este tentou registrar a condição histórica e política do homem contemporâneo indicando a importância do resgate de uma dimensão simbólica na democracia – o “político” – que evitava os excessos do isolamento, do privatismo e do individualismo (GAUCHET 2003; 2005).

Três artigos escritos na década de 1970, de Marcel Gauchet, nos ajudaram a demonstrar os principais objetivos presentes em sua trajetória intelectual.<sup>10</sup> Nestes, foi explicitada a importância da pesquisa etnográfica de Pierre Clastres, em *A sociedade contra o Estado*, tornando-se uma referência essencial ao pensamento de Gauchet. Em uma geração intelectual marcada pela presença do marxismo e pela crise de confiança em torno do socialismo soviético, cabia perguntar o que dera errado nas promessas de libertação humana.

Para Gauchet, o marxismo tinha a mesma ilusão presente no totalitarismo, ou seja, a possibilidade de eliminar os conflitos da sociedade, abolindo as diferenças (GAUCHET 2005). A ideia de uma sociedade una que substituísse as divisões sociais representadas pela luta de classes. Para Gauchet, o Estado totalitário foi uma tentativa de negar Marx ao mesmo tempo em que concordava com a unidade social possível a partir da submissão ao poder central. O que os trabalhos de Clastres permitiriam seria a percepção de um paradigma distinto: uma sociedade em que as divisões existentes não criavam uma desigualdade política interna. A presença de um poder sobrenatural representado por uma tradição imemorial impedia a inauguração de outro poder de tipo terreno. E mais do que isto, a submissão a esta autoridade externa e invisível mantinha uma dimensão simbólica que demarcava a origem, o funcionamento e a manutenção da sociedade. E para tal a contribuição de todo o grupo era fundamental.

177

<sup>10</sup> São eles: “La dette du sens et racines de l’État. Politique de la religion primitive”, “Politique et société: la leçon des sauvages”, “L’Expérience totalitaire et la pensée de la politique”. Todos presentes em GAUCHET 2005.

Havia algo que mantinha os homens unidos a despeito de suas diferenças: era a religião "primitiva". Esta instância garantia o presente e a sobrevivência no futuro, uma vez que obrigava aos homens agirem em concerto (GAUCHET 2005). O que é curioso na leitura que Gauchet fez de Clastres era a visão deste como um anti-Marx, devido à rejeição da tese de uma futura sociedade sem divisões. O antropólogo francês teria criado uma crítica eficaz ao marxismo por intermédio de seus trabalhos de campo (GAUCHET 2003, p. 29-31).

O ponto, no entanto, não era a negação do marxismo e sim a do totalitarismo: um Estado que tentava monopolizar a representação simbólica que mantém a sociedade em conjunto. E isto significava, mesmo em se tratando da democracia contemporânea, a diminuição crescente – ou a abolição – das atividades que os agentes poderiam realizar reunidos a despeito do funcionamento e da chancela do Estado.

Resumindo, os artigos "fundadores" de Gauchet apontaram para uma mesma problemática que atingiu o totalitarismo e a democracia posterior à Guerra Fria (em tempos de globalização). Tal problemática se compõe de uma questão filosófica inicial, o abandono do referencial sobrenatural religioso em defesa de uma crescente secularização provocou o "desencantamento do mundo" (Weber), chamada por Gauchet de "saída da religião"; a questão filosófica vem acompanhada de um problema político essencial: a secularização criou um Estado que passou a incorporar a dimensão simbólica da religião – inicialmente como intermediário. No entanto, este Estado inicial foi sendo substituído, à medida que a sociedade democrática se desenvolvia, por uma instância garantidora dos direitos individuais (GAUCHET 1985; 2009a; 2009b). O individualismo e a submissão da política aos direitos individuais passaram a representar a vitória de um certo liberalismo do século XIX e da democracia contemporânea. Todavia criaram ou representaram um conjunto de hábitos estranhos – para dizer o mínimo – a algumas ideias de democracia presentes na tradição ocidental. O absentéismo e a despolitização que alargam o fosso entre o Estado e a sociedade civil são exemplos. O "viver em conjunto" se escondia e as perspectivas de progresso e de futuro pareciam dar lugar a uma imagem congelada representada pelo direito e pelo mercado (GAUCHET 2005, p. 9-10).

Isto que os cidadãos tão voluntariamente aceitam nesta entronização-restauração da independência do foro privado é a promoção da postura do espectador ou do analista ao invés daquela do ator ou do militante (GAUCHET 1995, p. 38-39, tradução nossa).<sup>11</sup>

Definia-se assim um programa de pesquisa que partindo das relações entre política e religião, estabelecia uma tipologia que contém as sociedades sem Estado de Clastres, os Estados da modernidade ainda ligados a um poder religioso e a sociedade posterior a 1780, cada vez mais secularizada. Esta era a chave de *Le désenchantement du monde* (1985).

---

<sup>11</sup> No original: "Ce que les citoyens ont si volontiers épousé dans cette intronisation-restauration de l'indépendance du for prive, c'est la promotion de la posture du spectateur ou de l'analyste de celle de l'acteur ou du militant".



A seguir, Gauchet realizou uma série de trabalhos sobre a Revolução Francesa e o pensamento político do século XIX (etapa também presente na trajetória de Pierre Rosanvallon e igualmente ligada a Aron, Lefort, Furet e ao Institute Raymond Aron): *La révolution des droits de l'homme* (1989), *La révolution des pouvoirs* (1995) e uma série de artigos sobre Benjamin Constant, Alexis de Tocqueville e a Revolução Francesa. Nesta fase, o recurso constante a um estudo da política preocupado com os discursos, com as recepções e com as práticas efetivas da democracia francesa, especialmente no período de construção da sociedade oriunda de 1789, levou o autor a se utilizar de uma metodologia próxima a de Rosanvallon e Pocock, ou seja, um contextualismo das linguagens e conceitos da política interessado nas leituras e releituras de longo prazo.<sup>12</sup>

No século XXI, com uma forte proximidade com a temática de Rosanvallon, Gauchet passou a estudar as aporias e conflitos da democracia contemporânea. A conjunção de seus estudos sobre a "saída da religião" e sobre a política no século XIX desembocaram em um estudo sobre a democracia, o regime representativo, os direitos individuais e o mercado contemporâneos. Dentre estes temos: *L'avènement de la démocratie* (2007) e *La démocratie, d'une crise à l'autre* (2007). Nesta fase, Gauchet desenvolveu o argumento de seu livro sobre a "saída da religião" no sentido de lidar com suas visões sobre a democracia atual. Em uma aula na *École de Hautes Études*, chamada "Les voies du néolibéralisme", o autor tratou da passagem da heteronomia à autonomia. Na verdade, uma maneira diferente de definir a experiência de "desencantamento". A política, o direito e a história foram, gradativamente, ocupando o lugar antes ocupado pela religião. O mundo "da autonomia" voltava-se para o futuro – o progresso – e trazia em si uma distinção em relação ao poder. A primazia passou à sociedade, aos prazeres e problemas individuais (GAUCHET 2008; 2009a; 2009b). Em *La démocratie contre elle-même* (2008), falou em uma mudança importante: a preocupação com a organização do Estado, comum desde 1945, foi substituída pela independência das partes (GAUCHET 2009a; 2009b).

O "político" em Gauchet referia-se, como já tivemos a oportunidade de dizer, a esta dimensão simbólica na sociedade que obriga o contato, à conciliação ainda que temporária dos interesses, visando à ação conjunta. Algo que entre os "selvagens" de Clastres era garantido pelos deuses. Cumpre agora que a democracia secular e individualista de nosso tempo construa alguma dimensão alternativa que não seja o Estado centralizado, mesmo por que este pode funcionar sem a existência de ação conjunta. Aqui o projeto historiográfico de Gauchet assume o caráter propositivo próprio de uma filosofia política: ajudar os cidadãos a questionar o seu mundo e pensar em reformá-lo. E, principalmente, compreender a importância da política e do "político" para a construção de um futuro melhor:

<sup>12</sup> Há uma outra etapa das pesquisas de Gauchet ligadas à psicanálise que talvez corroborem sua ideia freudiana de que não há unidade mesmo no homem (indivíduo) devido à ação das pulsões: Cf. GAUCHET 1980; 1992; 1997.



“Eu creio que este problema de identificação do político e do lugar que ele ocupa em nossas sociedades é o problema mais profundo colocado para a filosofia política hoje” (GAUCHET 2005, p. 518, tradução nossa).<sup>13</sup>

Como já dissemos, a esfera do “político” em Marcel Gauchet pode ser entendida como uma espécie de utopia. Ela informa um modelo ideal de sociedade em que a ação conjunta existe, apesar das divisões sociais. Os nativos de Pierre Clastres deram a Gauchet a imagem de uma sociedade em que a religião funciona como um poder exterior à sociedade, um simbolismo que estabelece e regula o funcionamento social. Algo que deveria ter existido na civilização ocidental e que, uma vez substituído, não se pensou na importância desta instância simbólica de instituição social. Neste sentido, a medida crítica representada pela utopia possibilita a reflexão sobre uma alternativa secular e democrática que leve em conta as exigências de uma sociedade livre e pluralista.

### Conclusão

Christian Lynch, em seu artigo introdutório à edição brasileira de um livro de Rosanvallon, afirma que este autor discorda dos diagnósticos de Gauchet sobre a democracia:

Para ele [Rosanvallon], a democracia não experimentaria qualquer crise nos dias de hoje – ao contrário, a crise seria da teoria política tradicional, a qual não teria se dado conta do caráter permanentemente aberto daquela forma político-social e por isso teria perdido a capacidade de dar conta das transformações por ela sofrida nas últimas décadas (LYNCH 2010, p. 30).

180

O comentário é pertinente, pois diz respeito aos estudos da segunda fase da investigação do “político” em Rosanvallon: o referido “universo da desconfiança” (a “contrademocracia”). Temos, todavia, dificuldades em aceitar esta afirmação de otimismo de Rosanvallon em relação a esta nova forma de soberania do povo: uma soberania negativa. Olhamos um pequeno conjunto de entrevistas em revistas e jornais (franceses e estrangeiros) do autor à época do lançamento do livro da *contre-démocratie*, em 2006. Atendendo a perguntas diretas, Rosanvallon tem que lidar com o distanciamento entre governantes e governados, com as críticas excessivas à democracia, com o populismo, com a globalização, entendida como um conjunto de regras estabelecidas à revelia dos cidadãos etc. Nestas, aparece uma grande ambiguidade, que reconhece as crises e tensões, mas insiste em ressaltar os “poderes intermediários” em ação. Reconhece a decepção com o mau funcionamento de antigos ideais democráticos e fala do mesmo problema tratado por Gauchet em *La démocratie contre elle-même*: a dificuldade de conciliação entre os ideais de autonomia pessoal (em uma sociedade pluralista) e a ideia de que o poder social deva fiscalizar as ações dos homens.

---

<sup>13</sup> No original: “Je crois que ce problème de l’identification du politique et de la place qu’il occupe dans nos sociétés est le problème le plus profond posé à la philosophie politique aujourd’hui”.

Há, realmente, uma visão menos pessimista: “Eu me inscrevo entre aqueles que negam as críticas usuais de despolitização e crescimento individualista” (ROSANVALLON 2006c). Todavia ficamos sem saber se o “político” investigado nas relações entre os homens e grupos é uma instância real que ajuda a regular o corpo social ou, como em Gauchet, uma utopia usada para instigar os homens à ação. Sendo que aqui se elogia aspectos reais, mas não muito relevantes, para estimulá-los e torná-los mais eficazes. Neste momento, enquanto aguardamos a oportunidade de continuar a leitura dos últimos trabalhos dos dois autores – alguns já publicados – optamos pela hipótese de uma utopia retórica na argumentação de Rosanvallon sobre a democracia.

Por outro lado, apesar das diferenças de abordagem e método, Rosanvallon e Gauchet parecem estar inseridos nesta dupla trajetória: acadêmica e política. O recurso ao “político”, segundo a leitura aqui proposta, permite um alargamento da noção de história política (caro aos *Annales*) e, também, uma colaboração para o interessante debate sobre a cidadania contemporânea. Isto permite incluir seus projetos em uma história dos conceitos que se preocupa com os usos e modificações registrados em um conceito ao longo do tempo. E, da mesma forma, levar em conta como os diferentes atores-autores fizeram suas modificações ao enfrentar as questões sociais de seu tempo.

### Referências bibliográficas

ARON, Raymond. Idées politiques et vision historique de Tocqueville. **Révue Française de Science Politique**, 1960, 10(3), p. 509-526.

\_\_\_\_\_. **Dezoito lições sobre a sociedade industrial**. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: Ed. UnB, 1981.

\_\_\_\_\_. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: Ed. UnB, 1990a.

\_\_\_\_\_. Alexis de Tocqueville y Carlos Marx. In:\_\_\_\_\_. **Ensayo sobre las libertades**. Madrid: Alianza, 1990b.

BAKER, Keith Michael. Introduction. In:\_\_\_\_\_. (ed.). **The French revolution and the creation of modern political culture**. Vol. 1: The political culture of the old regime. Oxford: Pergamon Press, 1991.

BERLIN, Isaiah. Dois conceitos de Liberdade. In:\_\_\_\_\_. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Brasília: Ed. UnB, 1981.

CLASTRES, Pierre. La question du pouvoir dans les sociétés primitives. **Interrogations**, mars de 1976.

\_\_\_\_\_. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

DE CERTEAU, Michael. A formalidade das práticas. In:\_\_\_\_\_. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano**. Vol. 1: as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

- FOUCAULT, Michel. **Naissance de la biopolitique**. Paris: EHESS; Gallimard; Seuil, 1978-1979.
- FURET, François. **Pensar a revolução francesa**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- \_\_\_\_\_. **A revolução em debate**. Bauru: Edusc, 2001.
- GAUCHET, Marcel. **Le désenchantement du monde**. Paris: Gallimard, 1985.
- \_\_\_\_\_. **L'Inconscient cérébral**. Paris: Éditions du Seuil, 1992.
- \_\_\_\_\_. **La révolution des pouvoirs**. Paris: Gallimard, 1995.
- \_\_\_\_\_. **La religion dans le démocratie**. Paris: Gallimard, 1998.
- \_\_\_\_\_. **La condition historique**. Paris: Seuil, 2003.
- \_\_\_\_\_. **La condition politique**. Paris: Gallimard, 2005.
- \_\_\_\_\_. Les voies du neoliberalisme (II). Séance inaugurale 2008-2009. EHESS. Disponível em: <http://gauchet.blogspot.com/>.
- \_\_\_\_\_. **A democracia contra ela mesma**. São Paulo: Radical Livros, 2009a.
- \_\_\_\_\_. Crise econômica et crise démocratique: trois questions à Marcel Gauchet. Institute d'Études Politiques, Strassbourg, 16 avril 2009b. Disponível em: <http://gauchet.blogspot.com/>.
- \_\_\_\_\_; SWAIN, Gladys. **La pratique de l'Esprit Humain**. Paris: Gallimard, 1980.
- 182 \_\_\_\_\_ **Le vrai charcot**: les chemins imprévus de l'inconscient. Paris: Calmann-Lévy, 1997.
- LEFORT, Claude. **Essais sur le politique XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles**. Paris: Seuil, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Desafios da escrita política**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- LYNCH, Christian E. C. A democracia como problema: Pierre Rosanvallon e a Escola Francesa do Político. In: ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 9-35.
- POCOCK, John. Virtues, rights, manners: a model for historians of political thought. In:\_\_\_\_\_. **Virtue, commerce, and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985
- ROSANVALLON, Pierre. **Le moment Guizot**. Paris: Gallimard, 1985.
- \_\_\_\_\_. L'histoire du mot démocratie à l'époque moderne. In: GAUCHET, Marcel; MANENT, Pierre; ROSANVALLON, Pierre (dir.). **La pensée politique**. Vol.1: Situations de la Démocratie. Paris: EHESS; Gallimard; Seuil, 1993.
- \_\_\_\_\_. Por uma história conceitual do político. **História** (Universidade Estadual Paulista), 1996, vol. 15: 27-39.
- \_\_\_\_\_. **Le capitalisme utopique**: histoire de l'idée de marché. Paris: Seuil, 1999.
- \_\_\_\_\_. Toward a philosophical history of the political. In: CASTIGLIONE, D.; HAMPSHER-MONK, J. (eds.). **The history of political thought in national context**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

- \_\_\_\_\_. **Pour une histoire conceptuelle du politique.** Paris: Seuil, 2003.
- \_\_\_\_\_. Histoire Moderne et Contemporaine du Politique. Cours: Le Désenchantement de la Démocratie. **L'Annuaire du Collège de France**, 2003-2004. Disponível em: [http://www.college-de-france.fr/media/pierre-rosanvallon/UPL28728\\_UPL9834\\_res0304rosanvallon.pdf](http://www.college-de-france.fr/media/pierre-rosanvallon/UPL28728_UPL9834_res0304rosanvallon.pdf).
- \_\_\_\_\_. Les chemins de la démocratie et le cas français. In: \_\_\_\_\_. **Le modèle politique français: la société civile contre le jacobinisme de 1789 à nos jours.** Paris: Seuil, 2004.
- \_\_\_\_\_. Itinéraire et rôle de l'intellectuel. **Revista de libros.** Madrid, 28 septembre, 2006a.
- \_\_\_\_\_. Introduction. In: \_\_\_\_\_. **La contre-démocratie: la politique à l'âge de la défiance.** Paris : Seuil, 2006b.
- \_\_\_\_\_. La contre-démocratie et ses dangers. **Le soir** (Belgique), 30 oct., 2006c.
- \_\_\_\_\_. Le malaise de la démocratie française. **Enjeux: les echos**, 2 décembre, 2006d.
- \_\_\_\_\_. Les problèmes de la démocratie: histoire et présente. **Révue Malpensante**, 20 septembre, 2006e.
- \_\_\_\_\_. La desconfianza es una virtud cívica. **La nación** (Argentine), 30 septembre, 2007.
- \_\_\_\_\_. Histoire moderne et contemporaine du politique. Cours: Les voies nouvelles de la souveraineté du peuple. **L'Annuaire du Collège de France**, 2008-2009. Disponível em: [http://www.college-de-france.fr/media/pierre-rosanvallon/UPL10986\\_rosanvallon\\_cours0506.pdf](http://www.college-de-france.fr/media/pierre-rosanvallon/UPL10986_rosanvallon_cours0506.pdf).